



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Thiago de Almeida Zacarias

**EDUCAÇÃO e POLÍTICA: um estudo a partir de Paulo Freire e do movimento
Escola Sem Partido**

Rio de Janeiro

2020

Thiago de Almeida Zacarias

**EDUCAÇÃO e POLÍTICA: um estudo a partir de Paulo Freire e do movimento
Escola Sem Partido**

Monografia apresentado à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz
(EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para
aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador(a): Leticia Batista da Silva

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelos anos e trocas e aprendizado.

Agradeço a minha família, que foi meu alicerce nesses longos e rápidos quatro anos de Politécnica.

Aos meus amigos, que tornaram esse caminho mais leve, apesar das circunstâncias do dia a dia, criando laços inabaláveis.

À minha orientadora, Letícia Batista, que me guiou nesse processo de escrita, dando 100% de si junto comigo nessa caminhada.

À minha banca avaliadora, professor Raphael Capaz e professora Raquel Moratori, que me ajudaram no processo de pensamento na qualificação.

E, por fim, mas não menos importante, a todos os educadores/pesquisadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, que passaram por mim nesse trajeto: Fabiano Gomes, Tânia, Fernanda Regina, Daniela Weber, Flávio Paixão, Daniel, Jonathan Ribeiro, Carolina Dantas, Karla Martins, Nathalia, André Dantas, Felipe, Renata Sodré, Marcello Coutinho, Jairo Freitas (em memória), Elaine Vieira, Murilo Vilaça, Marcelo Melo, Helena Vieira, Marcos Vinicius Mota, Gabrielle Paulanti, Andrea, Suelen, Danielle Cerri, Renata Rufino, Rony, André Feitosa, Grasielle Nespoli, Tereza Paiva, Gilberto Estrela, Cristiane Sendim, Ant nio Marinho, Paulea Zaquini, Raquel Moratori, Maria Luiza Cunha, Bianca, Juliana, Letícia Batista, Ivone, Simone Ferreira, Paulo Borges e Regimarina Reis.

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo geral investigar a relação entre educação e política a partir de algumas obras de Paulo Freire, assim como discutir o movimento Escola Sem Partido. Os objetivos específicos são: a) identificar a partir de algumas obras de Paulo Freire elementos da relação entre educação e política; b) discutir, à luz da atualidade, o movimento Escola Sem Partido; c) contribuir de forma crítica com as discussões acerca da perspectiva emancipatória da educação. Sobre a metodologia, configura-se como uma pesquisa exploratória, baseando-se na abordagem qualitativa, tendo como método a revisão e análise da literatura. Os resultados apontam sobre a importância da obra e o legado de Paulo Freire para a educação crítica e reflexiva, assim como apontam o Movimento Escola Sem Partido como um retrocesso de traços autoritários.

Palavras-chave: Paulo Freire, educação, política, Movimento Escola Sem Partido.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. DIALOGANDO COM PAULO FREIRE	10
2.1. Quem foi Paulo Freire?	10
2.2. Contribuições de Freire para o debate entre educação e política	15
3. MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	
3.1. Histórico do Movimento Escola Sem Partido	22
3.2. Escola do Partido Único: entre retrocessos e autoritarismo.....	25
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1. INTRODUÇÃO

A educação enquanto política pública e também como vivência individual de processos de aprendizagem é de grande importância no que diz respeito às transformações sociais, formação de senso crítico e lutas societárias. Estamos aprendendo e ensinando desde que nascemos, o ato de aprender é uma característica humana que nos acompanha ao longo da existência. Contudo, enquanto seres sociais que somos, há muitas variáveis que interferem nesse processo. Há determinações sociais que operam nas condições de vida e de acesso das pessoas aos direitos sociais, dentre eles o da educação. Com isso o que queremos dizer é que a educação enquanto forma de desenvolvimento dos seres humanos passa por condições de vida, acesso à alimentação, moradia, saúde, mas também acesso às artes, ao cinema, ao teatro, à leitura e etc.

Nesse sentido, ter acesso a educação formal e onde estudamos impacta centralmente em nossas vidas. A ideia deste projeto de pesquisa nasce de nossas inquietações como estudante de uma escola politécnica. A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio¹ (EPSJV), conforme seu Projeto Político Pedagógico (2005) é a unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz e é responsável pela coordenação e execução das atividades de ensino, pesquisa e cooperação técnica na área de educação profissional em níveis de formação inicial e continuada e também de técnico em saúde. Dentre essas atividades encontra-se o Curso Técnico de Gerência em Saúde, espaço em que me encontro na condição de aluno.

E o que faz a EPSJV diferente de outras escolas que conhecemos? Sem dúvida uma das questões é a que a qualifica como politécnica. Num primeiro momento não é possível entender do que se trata; é somente com a evolução do curso e de nossos estudos² que passamos a compreender os sentidos da politécnica.

O termo politécnica, segundo Rodrigues (2008, p.168) foi projetado inicialmente por Karl Marx³ no século XIX e, dito de outra forma é como se a educação politécnica fosse a versão de uma educação marxista. Na nossa visão como aluno, na prática percebemos como um aprendizado

¹ Conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP/EPSJV, 2005, p.11), a atuação da EPSJV é exercida, sobretudo através da: coordenação e implementação de programas de ensino em áreas estratégicas para a saúde pública e a em saúde; elaboração de projetos de política, regulamentação, currículos, cursos, metodologias e tecnologias educacionais; e produção e divulgação de conhecimento na área de trabalho, educação e saúde.

² Especialmente nos esforços de construção da monografia.

³ Como apontou J. Rodrigues (2008, p. 168): “cabe esclarecer que, se é originária de Marx a concepção de educação politécnica, o filósofo alemão jamais escreveu um texto sistemático dedicado especificamente à questão pedagógica”.

além das formas tradicionais, estimulando que nós estudantes pensemos de maneira crítica sobre tudo que nos é dito, sobre os conteúdos de sala de aula, mas também sobre o cotidiano da escola. Esse estímulo se dá, além da própria sala de aula, por atividades extra-curriculares com palestras, eventos e visitas a museus e centros históricos, debates, viagens etc.

A minha história na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio se iniciou no ano de 2017 e, hoje, no ano da conclusão do curso, percebo a importância do ensino numa perspectiva crítica, tendo como objetivo formar sujeitos de direitos e não mão de obra barata. Durante esses 4 anos me deparei com conteúdos de grande importância para minha formação enquanto sujeito como, por exemplo, o IEP (Iniciação à Educação Politécnica). Nesse sentido, a minha inspiração para este tema surgiu após reflexão de como o ensino médio nas escolas públicas e privadas do país têm ou não as condições para poder ou não desenvolver-se para a formação do senso crítico dos estudantes, embora nas redes públicas faltem recursos até mesmo para assistir as aulas.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da EPSJV (2005, p.59) apresenta aos leitores, primeiramente, a explicação da integração entre ensino médio e educação profissional, relacionando trabalho, educação e saúde. Conforme o PPP, a instituição tem como compromisso maior a educação profissional em saúde voltada para uma formação ética, política e técnica. Essa afirmação é importante, pois muito frequentemente a educação profissional é compreendida como uma educação meramente técnica. E isso não é sem justificativa. Os conceitos que atravessam o campo da educação estão frequentemente vinculados às concepções em torno do trabalho, especialmente referindo-se à educação profissional. Ou seja, a visão da educação numa perspectiva crítica e emancipatória passa pela compreensão de homens e mulheres como sujeitos de suas vidas, como apontou Frigotto (1989), o trabalho como princípio educativo implica em superar a visão reducionista do trabalho,

Implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que, é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo (FRIGOTTO, 1989, p.8).

Com esta citação de Frigotto queremos afirmar que não só há uma vinculação essencial entre trabalho e educação, como entre o individual e o social, o coletivo. Nesse sentido, o espaço da escola é bom exemplo de materialização desses processos.

Outrossim, mostra a importância do conhecimento social para seus alunos com uma formação profissional crítica e que induz sempre seus estudantes à reflexão. Vale ressaltar que durante minha trajetória de aluno observei a EPSJV se posicionar contra a expatrição de matérias do currículo básico como Filosofia, além de ter como uma das características das aulas a busca por superação de clichês, introdução de questões interdisciplinidades, contextualização, historicidade e abordagem pedagógica. Um outro excelente exemplo foram as aulas de História. Muitas vezes no senso comum os acontecimentos do Brasil e do mundo são tratados de forma isolada, descontextualizada (como as vezes acontece até mesmo em nossas casas), aprender sobre a história numa perspectiva contextualizada e crítica exige grande empenho do docente e, também, da própria escola. Queremos dizer que esse não é um movimento “natural”, exige uma clara proposta pedagógica que seja compartilhada entre docentes, escola e estudantes. Por exemplo, nas aulas sobre “descobrimento do Brasil”, muito se discute sobre o termo “descobrir” e como ele é incoerente, visto que já havia moradores na área “descoberta”.

Ademais, nas habilitações técnicas, as matérias que mais me fizeram ascender o senso crítico foram Gestão do Cuidado, Legislação em Saúde e Teoria Geral da Administração, organizados respectivamente pelos educadores: Tereza Paiva, Gilberto Estrela e Antônio Marinho. Sendo na área do Cuidado, foram realizadas visitas técnicas e discussões sobre a importância de cuidar de quem cuida da gente; na área de Legislação, no estudo das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), além da defesa deste Sistema, desmistificou-se a ideia de que tudo que não é perfeito precisa ser exterminado. Por fim, no âmbito administrativo, a importância da formação do senso crítico dos trabalhadores para que não se submetam em realizar atividades monótonas durante horas seguidas, de modo a impedir que pensem. Essas aulas são típicas de uma Escola que faz com que seus alunos tenham capacidade de pensar por si só, para além do senso comum.

Analogamente, um filme estadunidense que retrata bem a importância de um Projeto Político Pedagógico voltado para a formação do senso crítico é “Tempos Modernos” (1936), escrito por Charles Chaplin. Nesta obra, Chaplin ilustra de forma irônica, engraçada e crítica como os

modelos de produção taylorista/fordista⁴ afetam a vida de um trabalhador, uma vez que, por serem modelos de produção em massa – ou seja, produzem o máximo de produtos em um curto período de tempo – com repetição de atividades durante o dia, provocam o aumento da exploração sobre os trabalhadores. Por exemplo, nas indústrias que se concentravam em países ricos, a produção era rígida e padronizada, ou seja, só realizavam um tipo de produto com uma única cor, que beneficiasse mais os donos dos meios de produção. Com isso, cada funcionário só exercia uma função, como a de apertar um prego na roda que se estendia por longas jornadas de trabalho, sem direito a pausa para alimentação ou banheiro. Consequentemente, essas necessidades quando somadas ao cansaço dos trabalhadores impedia que eles formassem senso crítico com relação àquele modo de produção e isso só beneficiava os donos das fábricas visto que é mais desejável ao explorador/ao empregador trabalhadores alienados e que cumpram com a demanda a trabalhadores críticos que questionem os patrões. A oportunidade de assistir a esse filme com as mediações dos conteúdos do curso de Gerência em Saúde nos possibilitou o exercício do pensamento crítico frente ao trabalho no modo de produção industrial no sistema capitalista.

Com esses exemplos queremos destacar que o PPP da EPSJV se realiza no cotidiano da escola, na relação entre os conteúdos, docentes, estudantes e demais membros da nossa comunidade escolar. Assim, na nossa compreensão, o PPP da Escola apresenta conteúdos que serão abordados e des-construídos nos quatro anos de educação integrada, em todas as matérias da grade curricular, na formação geral e técnica.

Como buscamos demonstrar até aqui a escola não é um espaço de neutralidade, ao contrário, a escola é uma expressão das contradições sociais, dentre elas a própria luta de classes⁵. A educação assim como a própria escola tem uma dimensão política. Nesta monografia nossa opção foi de tratar da educação e da política a partir de duas bases, algumas obras de Paulo Freire e da uma análise do movimento Escola Sem Partido. Entendemos que a obra de Freire foi um marco na pedagogia brasileira tendo como destaque o protagonismo do educando e refutando práticas tradicionais de ensino-aprendizagem, ou seja, trouxe a questão política da educação a cena. Já o movimento Escola Sem Partido nos parece um exemplo importante de uma tentativa de

⁴ O norte-americano Henry Ford fundou em 1903, na cidade de Detroit, nos EUA, a *Ford Motor Company*. As ideias de Ford sofreram forte influência dos estudos de F. W. Taylor sobre a racionalização da produção e decomposição dos processos de trabalho. O termo *fordismo* foi uma contribuição de Antonio Gramsci; para aprofundamento acerca deste conceito, buscar sua obra *Americanismo e Fordismo*.

⁵ Assunto que será desenvolvido ao logo da monografia.

despolitização a discussão em torno da educação, favorendo a alienação de aluno, professores e demais membros da comunidade escolar, assim como de toda a sociedade. Entendemos que o movimento Escola sem partido é uma espécie de reforço a ideia de educação “bancária” e a-crítica tão contestada por Paulo Freire.

Assim, o objetivo geral da nossa monografia é investigar a relação entre educação e política a partir de algumas obras de Paulo Freire, assim como discutir o movimento Escola Sem Partido. Os objetivos específicos são: a) identificar a partir de algumas obras de Paulo Freire elementos da relação entre educação e política; b) discutir, à luz da atualidade, o movimento Escola Sem Partido; c) contribuir de forma crítica com as discussões acerca da perspectiva emancipatória da educação.

Sobre a metodologia, configura-se como uma pesquisa exploratória, baseando-se na abordagem qualitativa, tendo como método a revisão e análise da literatura. A partir dos seus objetivos geral e específicos, a análise será norteadada por 2 (dois) eixos:

- 1) O debate sobre política e educação na obra de Paulo Freire, neste eixo apresentamos uma análise a partir das obras: Política e Educação⁶, Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa⁷ e Pedagogia do Oprimido⁸.
- 2) O movimento Escola Sem Partido, neste eixo buscamos apresentar elementos que dão base de sustentação a este movimento, assim como discutiremos os achados em relação a proposta político pedagógica da EPSJV.

⁶ Política e educação: ensaios / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.

⁷ Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

⁸ Pedagogia do Oprimido. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

2. DIALOGANDO COM PAULO FREIRE

Nosso objetivo nesta sessão é apresentar a importância da pedagogia de Paulo Freire para pensarmos a relação entre educação e política no Brasil.

2.1 Quem foi Paulo Freire?

Como aponta Gadotti (1996), Paulo Reglus Neves Freire foi um importante filósofo e educador brasileiro, nascido no dia 19 de setembro de 1921, em Recife e falecendo em 02 de maio de 1997, em São Paulo, aos 75 anos. Ficou conhecido por questionar o sistema educacional brasileiro ao propor alfabetizar cerca de 300 alunos em 40 horas. Esta experiência aconteceu em Angicos, uma pequena cidade do Rio Grande do Norte, no ano de 1963.

Sobre o método, este processo de alfabetização promovia a substituição de modelos tradicionais de aprendizagem por frases que tinham sentidos similares, tratava-se de substituir frases como “Vovô viu a uva”, “A pipoca pula na panela” e “O avião voa” por jeitos mais atrativos e próximos da realidade dos educandos. Desse modo, como os educandos eram também trabalhadores braçais, o educador teve uma brilhante ideia ao escolher palavras que condiziam com a própria realidade dos alfabetizandos para ensiná-los, por exemplo, pedreiros “jogavam” com palavras derivadas de pedra, tijolo, madeira, viga e outros instrumentos de obras. Isto fica bem evidenciado no passo a passo descrito por Gadotti (1996):

1º.) Apresenta-se a palavra geradora “tijolo” inserida na representação de uma situação concreta: homens trabalhando numa construção; 2º.) Escreve-se simplesmente a palavra TIJOLO; 3º.) Escreve-se a mesma palavra com as sílabas separadas: TI - JO - LO; 4º.) Apresenta-se a “família fonêmica” da primeira sílaba: TA - TE - TI - TO - TU; 5º.) Apresenta-se a “família fonêmica” da segunda sílaba: JA - JE - JI - JO - JU; 6º.) Apresenta-se a “família fonêmica” da terceira sílaba: LA - LE - LI - LO - LU; 7º.) Apresentam-se as “famílias fonêmicas” da palavra que está sendo decodificada: TA - TE - TI - TO - TU
JA - JE - JI - JO - JU LA - LE - LI - LO - LU; 8º.) Apresentam-se as vogais:
A - E - I - O - U (GADOTTI, 1996, p.39).

Sendo assim, atualmente, Paulo Freire ainda inspira educadores ao redor do mundo a usar seu método, visto que diminui as diferenças socioeducativas e aguça o senso crítico dos educandos. A partir das leituras nos foi possível depreender que este método se inicia ao convidar uma pessoa

analfabeta a sair do estado de comodidade em que se encontra, e o ajuda a se ver como um “fazedor” de cultura, assim como qualquer outra pessoa, independente da classe social. A partir daí, o educador realiza perguntas aos educandos, que os façam exercitar a mente, estimulando assim, o senso crítico em relação às transformações da sociedade, e isso se dá por questionamentos como: “quê?”, “por quê?”, “para que?”, “contra quem?” etc.

No momento que escrevo esta monografia estou lendo o livro “Vidas Secas” (1938), de Graciliano Ramos, destaco que o autor apresenta de maneira muito clara sobre como pessoas analfabetas e em situação de pobreza se enxergam. Nesta obra, o personagem Fabiano é um homem nordestino que não frequentou a escola e por isso, não tem o dom das palavras o que o faz admirar demais as pessoas que têm. Com isso, Fabiano não se vê como um ser humano, nem fazedor de cultura e sim como um animal. A leitura de Vidas Secas me ajudou a entender o contexto dos educandos de Paulo Freire.

Em suma, percebe-se que o Método Paulo Freire foi além da alfabetização, significou também uma discussão acerca da educação do povo brasileiro. Ao questionar a escola tradicional e suas formas rígidas de ensino, Paulo Freire questionou o próprio sentido da educação brasileira. Por consequência, pode ser considerado um projeto inovador⁹, ou seja, com capacidade de exercer mudanças significativas no âmbito da passividade/submissão, já que esse método atenta aos educandos todos os seus direitos como cidadão, “fazedor” de cultura e trabalhador, conhecendo e questionando acerca de sua própria realidade. E, foi por esses ideais que Paulo Freire lutou.

É importante destacarmos que no período do governo de João Goulart no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 1960) referentes aos anos 1960 a informação é de que cerca de 39% da população era analfabeta e isso fez com que o método de Paulo Freire se apresenta-se como uma alternativa viável no combate de altos índices de não alfabetização. Paulo Freire foi convidado por Goulart a escrever a propor um Plano Nacional de Educação, contudo este plano jamais foi implementado, nem tudo ocorreu como o esperado, logo isso após a experiência de Angicos, cerca de um ano após, instaura-se no Brasil a ditadura empresarial-militar.

A ditadura empresarial-militar ocorreu entre 1964 e 1985 e foi um período político brasileiro em que o país foi governado por militares, mas atendendo aos interesses da burguesia

⁹ Inovador no sentido de superação de lógica tradicional em termos educacionais.

brasileira. As suas principais características foram o autoritarismo, a violência, a supressão de direitos constitucionais, censura e perseguição política aqueles que eram contrários ao Regime. Sobre as características da ditadura brasileira, Fernandes (1982) assinalou:

[...] a violência inerente à sociedade capitalista contém um direito e um Estado de direito que institucionalizam a repressão e a opressão, fora e acima quer das 'necessidades, naturais da ordem' (as quais variam com as circunstâncias e a forma de governo) quer dos 'ideais humanos de justiça' (os quais não são consultados por nenhum tipo de direito ou de Estado, que tenham de equilibrar estratificação social com dominação social e poder político de minorias sobre maiorias) (FERNANDES, 1982, p. 2).

Obviamente a ideia de Paulo Freire sobre o acesso e os sentidos da educação não estavam alinhados aos interesses da ditadura empresarial-militar implantada.

Assim, se inicia um novo momento de repressão histórica, os militares opunham ao Programa proposto por Freire, sendo extinto em 14 de Abril de 1964. Como aponta Gadotti (1996), a partir disso, Paulo Freire voltou a sua cidade natal e foi convocado duas vezes a comparecer ao Rio de Janeiro para responder problemas judiciais, que os causavam angústia uma vez que tinha a noção do desaparecimento de muitas pessoas que tinha se voltado contra o Regime. Asilou-se na Bolívia e recebeu total apoio do Embaixador do país, embora pouco tempo depois tenha ocorrido a mesma coisa que aconteceu no Brasil, sendo obrigado assim se refugiar para o Chile e foi lá que teve conquistas importantes na sua história, sendo Assessor do Instituto Agropecuário, Ministério da Educação do Chile e consultor da UNESCO, onde nesse contexto começaram os convites para lecionar. Daí morou em Cambridge para dar aulas em Massachusetts (Universidade de Harvard), Genebra, África, Ásia, Oceania e pela América, conseguindo seu passaporte brasileiro em junho de 1979 e voltando definitivamente, um ano depois.

Como registrou Gadotti (1996), de volta ao seu país de origem, o educador foi chamado para lecionar na USP e na UNICAMP, visto a grande admiração popular que ele recebia tanto de alunos como de outros educadores podendo-se dizer que ele era “uma pontinha de esperança em meio a tanto caos”. Em 1989, pouco tempo depois do fim da Ditadura, foi escolhido para ser secretário de educação do município de São Paulo, nesse momento todos já admiravam muito seu trabalho como educador, mudando o perfil das escolas com reformas, adequando o currículo para que as classes populares também sejam integradas, qualificou melhor seus professores e criou um círculo de funcionários de extrema importância para o funcionamento de uma instituição. Até o

ano de seu falecimento, o escritor ficou voltado com maior prioridade para o desenvolvimento de palestras e rodas de conversa.

A obra de Paulo Freire foi repercutida em nível mundial, caracterizada por inúmeros livros. A *Pedagogia do Oprimido*, sua obra mais importante e conhecida, foi traduzida em mais de 20 línguas o que demonstra a importância da obra. Atualmente, várias instituições levam seu nome em maneira de homenagear o educador, além de ter recebido um prêmio pelo *International Consortium for Experimental* que recebe seu próprio nome e hoje visa contemplar um educador por ano que tenha se destacado nas teorias parecidas com o de Paulo Freire que era aprender e ensinar aos seus educandos.

Em 1995, o Instituto Paulo Freire (surgiu em 1991 pelo próprio escritor com o objetivo de reunir pessoas com a mesma vontade, a partir de uma educação humanizadora, mudar a sociedade) criou uma cátedra, nos Estados Unidos, o educador foi considerado “Doutor Honoris Causa” por diversas instituições renomadas, recebeu título de “Professor Emérito” pela UFPB e UNIPLAC. Ademais, é presidente honorário de muitas instituições como CEAAL, CECIP, INODEP, entre outras.

Esses foram somente alguns dos feitos de Paulo Freire, visto que um fato curioso sobre formas de homenagear o escritor, foi que algumas Universidades criaram centros de documentação, informação e divulgação, até uma escultura da artista sueca, Pye Engström (1976), em forma de pedra, na cidade de Estocolmo. Nesta escultura além de Paulo Freire estão presentes Elise Ottesen-Jensen, Sara Lidman, Mao Zedong, Angela Davis, Georg Borgström e Pablo Neruda.



Paulo Freire é um escritor humanista e parte do pressuposto concreto para responder as questões do ponto de vista dos menos favorecidos. Ele acreditava e ensinava que a sociedade só poderia ser construída pelas massas populares e não pela elite, haja vista que a última vai pensar em uma forma de criação que a beneficie. Para tanto, seria preciso a consciência transitiva crítica por meio de diálogo crítico, fala e convivência, percebendo que o diálogo da elite forma pessoas que escutam e obedecem – como no filme *Tempos Modernos* –, enquanto por outro lado, no diálogo crítico faz-se pensar, amar, ter esperança, fé e confiança. Chegando assim em uma conclusão sobre diferenças entre educando e educador em que não se pode “calar” nenhuma das duas partes e entendendo o significado de educação bancária e educação problematizadora. A educação bancária leva em consideração a autoridade do professor em que o aluno deve ser submisso e apenas ficar quieto aprendendo os conteúdos propostos, faz-se uma analogia ao banco, pois é como se os estudantes fossem bancos e os professores aqueles que depositam a informação. Em contrapartida, a educação problematizadora visa uma relação de troca entre educando e educador já que os dois têm aprendizados para trocar entre si, além de trazer questionamentos críticos que estimulem os estudantes a se colocarem contra o sistema que lhe é imposto.

Segundo Moacir Gadotti em “Paulo Freire: uma bibliografia” (1996, p.88), comparado a realidade, o Método Paulo Freire pode facilmente ser metaforizado a outros pensadores, como Pichon-Riviéri (buscam em comum, a transformação através do senso crítico), Theodore Brameld (buscam a relação entre educação e política e a aquisição de conhecimento como fator social), Enrique Dussel (buscam a denúncia da alienação desumanizadora e a importância do oprimido na luta libertadora), Janus Korczak (buscam a pedagogia centrado no amor) e Bogdan Suchodolski (que tinham admiração um pelo outro).

Por fim, sabe-se que o ato de educar significa humanizar, ou seja, tornar humano com sentimentos, critérios e forças sociais. Mas, também promover nas pessoas a capacidade de interpretar os diferentes contextos aos quais estão inseridos, por exemplo, um estudante periférico e de baixa renda, deve ser estimulado a pensar quais os fatores que influenciam ele viver daquela maneira. Os professores devem ensinar e preocupar-se que o humano das pessoas se manifeste a fim de enxergarem a si mesmos como pessoas com falhas, acertos, sentimentos, qualidades e defeitos.

No artigo “A Educação em Paulo Freire como processo de Humanização”, Ecco e Nogaro (2015) apresentam a multiplicidade de sentidos da palavra educação e isso se dá por meio da apresentação dos dois conceitos, são eles:

“Educare”, considerando o sentido original da palavra, significa criar, nutrir, orientar, ensinar, treinar, conduzir o indivíduo de um ponto onde ele se encontra para outro que se deseja alcançar. “Educere”, por sua vez, etimologicamente, significa extrair, fazer nascer, tirar de, provocar a atualização de algo latente, promover o surgimento, de dentro para fora, das potencialidades que o indivíduo possui (ECCO e NOGARO, 2015, p.3525).

Desse modo, os dois significados estão corretos embora o “educere” esteja mais atrelado ao conceito atribuído por Paulo Freire. Nesse sentido, educar é formar e transformar os seres humanos, haja visto que não nascemos feitos e necessitamos dessa formação humanizadora por meio de uma cultura. A educação problematizadora é importante por fazer seus alunos pensarem fora da caixinha e para Paulo Freire (1983), educar é “construir gente”, humanizar os seres humanos na luta em denunciar e superar os elementos desumanizadores.

2.2 Contribuições de Freire para o debate entre educação e política

Na obra “Pedagogia do Oprimido” (1968) encontra-se a relação entre educação e política, pois é neste livro que Freire trata da relação entre oprimido e opressor. Também pode-se dizer que trata da humanização como fato de reconhecer a existência, no qual os homens têm vocação para isso. Humanizar é subverter, tornar pessoas tratadas como objetos em seres humanos e, nesse cenário, encontra a discussão entre educação e política. Na luta pelo trabalho livre, encontra-se a práxis que é entendida pela reflexão e ação do mundo para transformá-lo e a liberdade para ser, criar, construir, aventurar e admirar. Em um cenário democrático, a política anda ligada à educação visto que ambas, pelo menos na teoria, são favoráveis para seus “espectadores” e os fazem voar.

A crítica, bem embasada ao longo de todo o livro, sobre a educação “bancária” é um questionamento político. Esse método de ensino é uma educação do senso comum de muitas escolas que visam a desumanização¹⁰ dos educandos, em que não se conhecem as origens dos

¹⁰ Aqui desumanização entendida como um processo de negação da potencialidade ontológica do aluno como um ser social.

assuntos abordados e apenas o quão bom ele é para decorar o que foi dito. Assim, a educação libertadora (consciência crítica) estabelece uma troca entre educador e educando, na qual se compreende suas relações com o mundo, não mais como realidade estática mas em transformações, priorizando sempre o diálogo para a formação dos estudantes.

Ainda assim, as semelhanças entre a linguagem de um educador e a de um político – o apesar do conceito de política não ser restringida a políticos e sim à cidadania, liberdade, autonomia – se encontram na direção de falarem para o povo, ou seja, usam palavras que a massa popular entenda. Por exemplo, um professor deve dar suas aulas com palavras que sejam do cotidiano dos alunos, caso contrário não haveria entendimento por parte dos educandos e, paralelo a isso, há os políticos que em uma sociedade democrática e significativamente pobre, conversam com os eleitores de maneira que eles se identifiquem e abracem as promessas do político. Atualmente, sabe-se que a massa popular é que tem forças para colocar alguém no poder, pois são a grande maioria da sociedade. Infere-se, sobretudo, a importância da participação popular na criação da cultura e da educação no âmbito do rompimento da ideia de que só a elite é competente e conhece as necessidades da nossa sociedade, a partir da ação e reflexão para transformá-la. Desse modo, o cotidiano e as vivências dos educandos são questões políticas e devem ser levadas em consideração.

A educação como prática de liberdade nasce a partir da sociedade de classes, onde há pessoas com dinheiro e ficam acima das que não têm dinheiro, usufruindo de melhores condições de vida e de prestígio. Os oprimidos vão desvelando (vão se aproximando ao olhar crítico e entendendo) o mundo da opressão, se transformando, e após essa transformação vão deixando de ser oprimidos e viram homens em processo permanente de libertação. No entanto, as pessoas que são oprimidas muitas vezes não enxergam essas contradições societárias, entrando o papel político, já que essa autonomia e liberdade precisam ser esmiuçadas.

Quando essa educação libertadora não acontece – no caso em muitas instituições –, segundo Freire: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor” – e isso é uma frase bem presente, pois as pessoas quando são oprimidas, ao perceberem, o sonho é se tornarem opressoras, oprimindo outras pessoas. Aí nasce outro problema, como o fato de mais opressores em uma sociedade que já é muito opressora contra negros, mulheres, LGBT’S e outras minorias sociais como os povos indígenas, sendo alarmante a necessidade de políticas públicas na área

educacional e não corte de verbas como a Ementa Constitucional 95¹¹ (Lei dos Gastos Públicos) que prevê cortes nas políticas por 20 anos, entre elas a educação.

Ademais, o livro em questão foi escrito na época da ditadura empresarial-militar – que fez o escritor Paulo Freire ser exilado do Brasil. O fato do educador ter sido exilado e não se calado perante a toda opressão sofrida por parte dos militares já é um ato político visto que não havia investimentos na área da educação brasileira, o número de analfabetos era crescente e os professores eram reprimidos se abrangessem assuntos que desfavoreciam os militares. Os militares da época não precisavam de mais jovens críticos que os enfrentassem e entendessem o quão erradas eram as situações em que as pessoas contrárias à ditadura empresarial-militar passavam. Ou seja, durante todo o livro, o escritor faz um comparativo da educação como um reflexo na política brasileira tendo em vista que a atual conjuntura que se encontrara, reproduzia a desigualdade socioeconômica, a miséria e o marginalismo.

O livro “Política e Educação” (1993) é o último a ser analisado e por meio deste encontra-se as seguintes relações entre educação e política: primeiramente, a educação como fator fundamental na reinvenção do mundo e nela é bem especificada na história como lutas. A leitura crítica desse mundo, com todos os questionamentos, se funda em uma prática educativa desocultadora de verdades, ocultação essa que favorece as classes dominantes politicamente, e só favorece pessoas com prestígio e dinheiro na sociedade.

Isso não ocorre sem política educativa. Desse jeito, nas cidades, o respeito e tratamento da memória com maiores investimentos em museus, por exemplo, é fundamental tendo em vista que é possível uma vida sem sonho mas jamais uma vida sem existência humana e história. Nesse cenário, os educadores juntamente com os pensamentos políticos pensam em maneiras para contribuição da transformação do mundo. Contudo, o mundo enquanto não se transforma, há a necessidade das escolas incorporarem a possibilidade do ser diferente, notando que essas diferenças interculturais geram discriminação e resistência, numa sociedade em que os menos favorecidos são cotidianamente agredidos em nome da democracia a fim de que essa “democracia” permaneça sem evoluir no sentido de garantir (não somente de forma retórica) os direitos sociais de toda a população. Nesse contexto, as cidades devem estimular a partir de políticas públicas que

¹¹ Disponível na íntegra em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>.

reconhecem e protejam o direito a diferença. Percebendo assim que história, educação e política andam juntas.

Outra relação entre educação e política retratada no livro é a discussão sobre verdades e como ela tem duas vertentes: a do oprimido e a do opressor. No entanto, vale salientar que a história é sempre contada por quem bate e nunca por quem apanha e isso desencadeia discursos e atitudes incoerentes. Por exemplo, na Grécia Antiga, os “bárbaros” levaram esse nome graças a um ataque violento sobre os romanos que resultou em muito sangue, embora possua um nome característico de violência, é visto pelo lado do opressor já que os bárbaros só revidaram todos os ataques que vinham sofrendo dos romanos. Análogo, há a questão das verdades, há também a discussão sobre as críticas no âmbito educacional e político que se passa, primeiramente no conhecimento ao que está sendo criticado, sem mentiras e com fundamento. Devem ser aceitas todas as críticas fundamentadas, pois é impossível viver em um mundo sem erros, levando em consideração que todos somos seres humanos.

Por fim, se um indivíduo entende-se como um ser humano com gozo de direitos, ou seja, cidadão com direitos e deveres escolhidos por meio de necessidades políticas. Necessidades estas que englobam, também, três situações: educação para a qualidade, qualidade da educação e educação com qualidade de vida, sendo questões políticas acerca do aprimoramento de condições humanas. Porém, nem sempre há investimentos necessários nessas situações, e aí começam a criação das Escolas Comunitárias¹² que não devem omitir o dever do Estado nessa “parceria” nas transformações do mundo em função das classes oprimidas. Nessas instituições comunitárias realizadas por causa da não eficiência política, a importância da população é fundamental pois serve desde conhecer o ambiente até a conquista efetiva de direitos. Portanto, você só trabalha a favor das classes populares se trabalha por elas. Conclui-se, portanto que uma escola e um governo não são democráticos, pois só o diretor e o político que mandam e eles, sozinhos, não são uma escola nem um Estado.

O livro *Pedagogia da Autonomia* (1996), apresenta questões semelhantes entre política e educação que estão presentes na obra “Política e Educação”, nesse sentido, esta relação – política

¹² Conforme LDB, artigo 19, as instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado; III - comunitárias, na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019).

e educação – exigida pela prática de ensinar-aprender participando de uma experiência política em que a beleza deve achar-se de mãos dadas com a decência e seriedade. Desse jeito, o aprendizado libertador é sobre dar a volta por cima e superar o autoritarismo sem questionamentos da educação bancária, se fazendo vivo o gosto de rebeldia que aguça a curiosidade dos educando estimulando a capacidade de aventurar-se. Esse estímulo o imuniza contra o poder autoritário do bancarismo.

O conceito de “ensinar” foi desconstruído de “transferir conhecimento” para “fazer os educandos criarem possibilidades para sua própria produção”, pautado na educação libertadora, tendo em vista que a educação neutra não funcionaria com seres humanos. Na educação neutra, o educandos lêem textos e artigos mas não tem capacidade para fazer uma relação com as questões do mundo, por isso deve ser aproveitada a experiência dos alunos de viver em áreas descuidadas pelo poder público para discutir esses problemas em sala de aula. No entanto, a autonomia após descoberta deve ser respeitada, deixando os educandos fazerem as suas próprias escolhas por meio de seus pensamentos, trata-se do direito do educando de exercer sua autonomia. Isso também é considerado um ato político.

A educação gnosiológica é aquela em que o educando ao aprender também ensina e o educador ao ensinar também aprende por meio de trocas de vivências do mundo, por isso também ela não pode ser neutra, pois as pessoas têm sempre informações para trocar. Essa educação que é libertadora não existe sem riscos, uma vez que ao se trocar o espaço dentro de si antes habitado por um opressor por sua dependência, deve-se estimular a autonomia por meio de práticas educativas-críticas.

Uma pedagogia da autonomia tem que estar atrelada à liberdade. No caso da EPSJV se escuta muito desde o momento da matrícula sobre autonomia e liberdade pois o projeto político pedagógico da instituição visa a liberdade que os alunos têm, sem câmeras, catracas, entre outras atitudes autoritárias que opõe-se a liberdade – pois inibe a criatividade e seu gosto por aventurar-se. Contudo, deve haver responsabilidade nessa autonomia, já que à medida que extrapola os limites, agride a liberdade do outro, por exemplo, a partir do momento em que os educandos acreditem que liberdade é sinônimo de fazer o que quiser, a liberdade dos outros estudantes também será afetada, já que medidas autoritárias poderão ser tomadas. Ou seja, a liberdade é o que constrói a autonomia do ser, portanto, a consciência que poderá mudar o mundo é a consciência revolucionária (no sentido de alterar os sentidos da liberdade no processo de ensino-aprendizagem).

A partir do exposto neste capítulo nos foi possível concluir que a obra de Paulo Freire, assim como sua atuação como educador, significou um avanço no pensamento crítico sobre a educação brasileira do seu tempo, e essa crítica permanesse atual. Sua contribuição deixou clara a forte relação entre política e educação. Educar é um ato político e os caminhos da política pública de educação não são neutros, na verdade, estiveram historicamente alinhados com os interesses das classes dominantes, da burguesia brasileira. A obra e a ação de Paulo Freire contribuíram, no que lhes coube, para o desvelamento desse processo histórico.

3. O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO?

Nosso objetivo nesta sessão é apresentar o histórico do Movimento Escola Sem Partido, abordando discussões sobre o Projeto de Lei e buscando pensar criticamente sobre o retrocesso deste Movimento para educadores e educandos, assim como para a sociedade como um todo.

3.1 Histórico do Movimento Escola Sem Partido

O Movimento Escola Sem Partido foi criado em 2004 por iniciativa do então Procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib (ALGEBAILLE, 2017). Segundo o Procurador, o objetivo deste manifesto era dar visibilidade a instrumentalização para fins políticos, ideológicos e partidários, demonstrando a preocupação dos pais e alunos no que diz respeito a contaminação político-pedagógica dentro das salas de aulas, em todos os níveis, do ensino básico ao superior. O Procurador acreditava que muitos professores ao tentar despertar o “senso crítico” dos educandos acabam deixando o objetivo do ensino de lado e praticam com maior ênfase propagandas partidárias e ideais de esquerda.

Essa proposta permaneceu parada por dez anos. Em 2014, o então deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, convidou o Procurador Nagib para escrever um Projeto de Lei (PL 2974/2014) para ser apresentado à Assembleia Legislativa daquele Estado (ALERJ). No mesmo ano, Carlos Bolsonaro, irmão do então deputado e sendo a época vereador no Rio de Janeiro lançou o PL 864/2014 para apreciação da Câmara Municipal.

Foi criado pelo Procurador Miguel Nagib um site¹³ que deu visibilidade para o movimento Escola Sem Partido. Nagib esteve à frente do site até agosto de 2020, quando anunciou no site¹⁴: “Anuncio com tristeza o fim da minha participação no Movimento Escola sem Partido. Cessa, a partir de hoje, a atividade dos canais do ESP sob minha responsabilidade.” O site segue ativo.

De forma, no mínimo contraditória, na aba apresentação¹⁵ consta a seguinte afirmação:

Numa sociedade livre, as escolas deveriam funcionar como centros de produção e difusão do conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade. No Brasil, entretanto, a despeito da mais ampla liberdade, boa parte das escolas, tanto públicas, como particulares, lamentavelmente já não cumpre

¹³ <http://escolasempartido.org/> Acesso em 11 de outubro de 2020.

¹⁴ <http://escolasempartido.org/> Acesso em 11 de outubro de 2020.

¹⁵ <http://escolasempartido.org/quem-somos/> Acesso em 11 de outubro de 2020.

esse papel. Vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas, essas escolas se transformaram em meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes. A imensa maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou se recusa a admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia. O Escola Sem Partido foi criado para mostrar que esse problema não apenas existe, como está presente, de algum modo, em praticamente todas as instituições de ensino do país.

Podemos observar que na apresentação há um jogo de palavras que fala de uma “sociedade livre”, mas que defende uma sociedade onde você só é livre para seguir “certa” ideologia, neste caso uma lógica conservadora e autoritária. Fica claro, em que pese o jogo de palavras, que a escola não deve ser um centro de produção e difusão de conhecimentos, mas sim o lugar de difusão de *um determinado conhecimento*.

No site são ainda encontrados tópicos sobre o movimento e os projetos de lei. São encontrados também, por exemplo, artigos com críticas ao ex-deputado Jean Wyllys (provavelmente, por conta da sua orientação sexual) e ao educador Paulo Freire (por tudo que foi apontado em capítulo anterior desta monografia).

No site também são listados depoimentos de pais e alunos a favor do Escola Sem Partido e suas justificativas para tal escolha, como neste testemunho da aluna Roberta Simão (27 de Julho de 2020) retirado do site:

A partir do 8ºano eu comecei a perceber a ideologia no ensino. Mas no 9º ano mudei de escola e, a partir daí, a doutrinação se fez realmente presente. Tudo era motivo para falar mal do governo, incentivar os movimentos sociais, falar mal dos policiais. Uma vez a professora disse: ‘O aluno pode até ter uma opinião que ele aprende em casa, com os pais. Mas, aqui na escola, eu não posso deixar que ele tenha essa opinião, tenho que orientá-lo. Se ele quiser ter essa opinião é do portão para fora, aqui não, não é?’.

Tendo em vista os aprendizados que cada aluno recebe em suas casas e os preconceitos estruturais escancarados na sociedade, é dever do professor orientá-lo e ensiná-lo muito além de matérias básicas, mas sim, como ser um cidadão capaz de pensar criticamente sua vida e a realidade social em que está inserido. Partindo deste pressuposto, a fala da professora está correta no que diz respeito as opiniões que ferem outros grupos sociais, já que não se pode permitir dentro de uma escola, por exemplo, opiniões preconceituosas, machistas ou homofóbicas. Embora seja nítida a ciência sobre o que é dito nas salas de aula pelos professores, o Escola Sem Partido quer tornar obrigatória, por exemplo, a fixação, por meio de um cartaz, os “deveres do professor” dentro das

salas de ensino fundamental e médio. Abaixo está apresentada, por ordem, cada obrigação instituída, retira do site¹⁶ e do Projeto de Lei:

1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
2. O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
5. O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
6. O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

Entendemos que nesta sociedade que é machista, misógina, homofóbica e racista é dever do professor contribuir com a mudança de tal realidade e estes têm conhecimento e instrumental para buscar/contribuir com essa transformação que, ainda que lenta, é necessária. Ao contribuir com a mudança desse cenário, o professor não estaria sendo doutrinador, pois ele não estaria impondo a opinião dele, mas sim chamando atenção à necessidade de se reconhecer (e querer mudar) uma estrutura social conservadora, desigual e que não reconhece o direito de todos.

É importante que destaquemos que há um site¹⁷ contrário ao Movimento Escola Sem partido, criado por educadores, chamado “Professores contra o Escola Sem Partido”. Neste site são publicados podcast’s e artigos que comprovam os malefícios da não discussão de determinados assuntos sociais dentro de sala de aula, já que os educandos vêm de realidades muito diferentes uns dos outros.

Entendemos que a escola deve ser um espaço de exercício de pensamento crítico, formação de cidadãos completos capazes de entender seu passado e projetar o futuro. Nesse sentido, a Escola não pode se limitar ou focar, por exemplo em matemática, linguagens e ciências. É necessário que todas as áreas do conhecimento sejam abordadas e tenham condições (por exemplo tempo de aula) para isso.

¹⁶ <http://escolasempartido.org/> acesso em 11 de outubro de 2020

¹⁷ <https://profscontraoesp.org/> acesso em 11 de outubro de 2020.

Como visto no capítulo anterior desta monografia, uma escola sem partido não é educação, haja vista que, a neutralidade no âmbito educacional não existe. Alguns outros pontos precisam ser discutidos ao invés dessa censura com os professores, como a qualidade da educação brasileira, professores sem condições de trabalho (falta até de saneamento básico), e falta de salários e salários baixos. Com isso nota-se a solidão do professor, pois a Escola não está com ele e nem propõe, por exemplo, reuniões para a discussão desses temas – discutir a condição do professor.

Nessa mesma linha de pensamento, corroboramos com o apontado por Morgans e Guilherme (2015, p.1-2), que argumentam: “*a educação têm dois níveis interconectados*”. Os dois níveis são educar e instruir, explicando que transmitir conhecimento é imprescindível no que diz respeito a capacidade e problematização dos significados e sentidos da experiência humana.

Desse modo, infere-se, portanto, que o Movimento Escola Sem Partido é um Projeto de Lei anti-democrático e ideológico que visa a não discussão de temas societários dentro das salas de aula, impedindo os professores de educarem/instruírem os alunos, fazendo com que os tornem pessoas sem senso crítico, sem formação e cheias de preconceitos. As discussões de alguns temas dentro de sala de aula, assim como são apresentadas na EPSJV, tornam seus alunos indivíduos críticos, seguindo uma lógica que reconhece a ciência como válida, assim como seus direitos e deveres do cidadão, além da consciência de uma existência da pluralidade, buscando romper com preconceitos de gênero, raça, orientação sexual, assim como com a desigualdade social – característica que funda do estado brasileiro (FERNANDES, 1982).

Falando da nossa experiência como aluno na EPSJV, entendemos que esse processo de formação se dá além das salas de aula, por meio de atividades extra-curriculares obrigatórias como as “Atividades Diversas” com seus coletivos e convidados, palestras, “Sankofa” com a questão racial e muitas outras modalidades. Com isso o que queremos destacar que não é somente importante pensar a Escola como um espaço crítico e reflexivo, o currículo também precisa se ajustar de forma que dê conta dessa necessidade em termos de conceitos e formas.

3.2 Escola do Partido Único: entre retrocessos e autoritarismo

Como já visto, podemos dizer que o Movimento Escola Sem Partido visa a implementação dentro das escolas e universidades do país o programa de partido único, sem direito à diversidade, liberdade de expressão e opiniões formativas.

Realmente pensar criticamente é um risco, risco de mudança. Por exemplo, imaginemos em uma situação hipotética, os efeitos de todos os alunos pensarem criticamente acerca das decisões do Estado, como os motivos da aprovação de operações policiais dentro das comunidades que são as maiores causadoras das mortes de crianças, jovens e adultos negros. Outrossim, a discussão da ditadura empresarial-militar brasileira no sentido dos militares e da população, fazendo com que muitos alunos se voltassem contra o sistema da época e isso se entende como uma escola plural. Sendo assim, a educação plural e crítica pode ajudar a superar situações de violência e intolerância presentes no cotidiano, que soam naturais se não discutidos dentro de sala de aula e isso influencia a banalidade do mal, o tornando uma situação comum.

Nesse cenário, o Movimento Escola Sem Partido acredita que *educação sexual* nas escolas é estímulo aos educandos ao sexo. No entanto, não tem a ver com isso e sim acesso abrangente a conhecimentos acerca do seu próprio corpo com relação a abusos e mudanças, sabendo, por exemplo, que os professores podem ajudá-lo caso estejam passando por alguma situação em casa. Recentemente, uma professora chamada Jennifer Garrido viralizou nas redes sociais após divulgar uma aula¹⁸ de educação sexual para crianças, explicando a eles quais partes do corpo devem ter atenção quando outra pessoa tocar. Tal fato, é contrariado pelas disseminações expostas (ditas abertamente em redes sociais e entrevistas), por exemplo, pelo atual presidente Jair Bolsonaro, que acredita que esse tipo de aula é sobre “Ditadura Gay” e “Ensinar a fazer sexo”.

Com isso, queremos destacar que o Projeto de Lei cria formas totalitárias – forma mais pesada de autoritarismo – para controlar e vigiar os educadores, como aponta Frigotto (2017, p.18). Todo debate é feito sem a presença dos professores, implantando uma censura e auto-censura nestes, realizando assim com facilidade, uma ameaça a vivência social, formação humana e respeito a diversidade dos estudantes. Desse modo, há um sentido autoritário que é comprovado por meio da criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação individual que apenas interessa a classe trabalhadora que necessita de senso crítico para viver em uma sociedade capitalista que explora os trabalhadores. O atual (des)governo federal e o Escola Sem

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/olimpio.major/videos/essa-e%CC%81-a-professora-jennifer-garrido-da-ceijennifergarrido-que-explica-de-forma/820441945428278/> Acesso em 11 de outubro de 2020.

Partido, ao tentar neutralizar o conhecimento e reduzir o objetivo da escola, mostra que apenas a opinião (ou seria interpretação?) da burguesia conversadora importa e esse é um processo que manipula o sentido da política.

As principais contribuições de disciplinas como Artes, História, Filosofia, Sociologia e Linguagens são a de não limitar os indivíduos a sua realidade e não compreender a sua forma de viver como a única possível, entendendo um pouco melhor sobre a cultura indígena e africana, por exemplo. Essa censura é vista como totalitária e retrocessa, pois têm algumas características fundamentais a serem observadas como a negação da existência do outro, da pluralidade e da política, além do fato da permanência de pensamentos semelhantes á época da escravidão e período colonial (GUILHEREME e PICOLI, 2018).

O Movimento Escola Sem Partido manifesta esses traços totalitários, que remontam a educação oficial da ditadura empresarial-militar, ou seja, *proibir discussões de cunho ético, moral e político nos ambientes escolares sob o argumento da limpeza ideológica*.

Como apontam Guilherme e Picoli (2018, p.13), essa visão totalitária, tem como principal elemento a ficção da “perda do mundo” para o inimigo entre nós, como no caso do Nazismo, em que os nazistas acreditavam que os judeus dominavam o mundo e por isso, precisavam ser controlados, essa é uma “novidade do totalitarismo” onde as pessoas fazem o mal realmente achando que estão fazendo o bem. Daí a necessidade de haver uma educação que aguça o senso crítico e façam-nos sermos capazes de distinguir o fato do “fake”. Os interesses implícitos, a disputa partidária, o vínculo com tendências totalitárias instigam o cercamento do trabalho docente e a ligação com um projeto mais amplo que visa fazer da escola um projeto superficial e ligado aos interesses do capital.

Enquanto eu escrevia a monografia, em outra atividade fui apresentado o livro de George Orwell, “1984”, figura inspirativa para a criação dos Reality Shows, que trata de uma temática análoga ao Escola Sem Partido: o que pode acontecer em uma sociedade vigiada? E quando essa vigilância transforma-se em mecanismo para controlar a situação?

No livro, é apresentado os efeitos da vigilância obrigatória, forma única de pensamento e controle de pessoas, que deixam de agir e passam a comportarem-se de acordo com a normatividade, pois é imposto uma forma única de ser (sem liberdade).

O Projeto de Lei regula as atividades dos grêmios estudantis e garante o direito aos alunos de gravarem as aulas. No segundo ponto, fica explícito o totalitarismo presente, com a intimidação

ao professor estimulado pela censura, vigilância e a liberdade cátedra, entretanto, essa preocupação em vigiar prejudica o ensino-aprendizagem, além do que já foi dito, mas também pelo fato da dispersão que os aparelhos eletrônicos causam.

Essa situações de censura e de perseguição revalida o Escola Sem Partido com características autoritárias, embora o Movimento não consiga esconder interesses maiores a partir desse projeto de lei. Uma professora de 38 anos do Distrito Federal, em entrevista¹⁹ ao Jornal Correio Brasiliense, em 2018, relata um adoecimento causado pelas ameaças e constrangimentos onde os alunos apontam o aparelho celular em sua direção. O principal motivo, é a suposta ideologia de gênero dentro da sala de aula.

Observemos as cinco atividades autoritárias e retrocessas impostas pelo Projeto Escola Sem Partido, que censuram e calam as vozes dos professores:

1) Gravação de aulas. O novo projeto prevê expressamente que os alunos gravem as aulas, mas dissimula o propósito: “É assegurado aos estudantes o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola.”

2) Perseguição aos grêmios. A exemplo da ditadura militar (1964-1985), a nova redação quer grêmios estudantis acrílicos e subalternos: “É vedada aos grêmios estudantis a promoção de atividade político-partidária”.

3) Tamanho do cartaz. Para fortalecer a censura e intimidar os professores, o tamanho dos cartazes a serem afixados nas escolas, com os “deveres do professor”, aumentou no projeto novo. Antes, a dimensão era de 29,7 cm de largura e 21 cm de altura. Agora, passou para 42 cm e 59,4 cm, respectivamente. “As instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 420 milímetros de largura por 594 milímetros de altura e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas.”

4) Punição. Não cumprir o dispositivo de afixar os cartazes, como removê-los ou destruí-los parcial ou totalmente é considerado “ato de improbidade” no novo projeto. Diz o texto: “Configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública o descumprimento do disposto no art. 5º desta Lei, bem como a remoção indevida ou a destruição total ou parcial dos cartazes ali referidos.”

5) Canal de reclamações. O projeto estabelece que o poder público criará um canal de reclamações, assegurado o anonimato, sobre descumprimento da lei. Essas reclamações deverão ser encaminhadas ao Ministério Público para apuração. O estímulo à delação e à perseguição é nítido no texto: “O Poder Público contará com canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato (...). As reclamações referidas no caput deste artigo deverão ser encaminhadas ao órgão

¹⁹ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/11/19/interna-brasil.720153/professores-relatam-ameacas-por-conta-do-projeto-escola-sem-partido.shtml> Acesso em 11 de outubro de 2020.

do Ministério Público incumbido da defesa dos direitos da criança e do adolescente, sob pena de responsabilidade”.

Desse modo, a partir de todo o exposto até aqui, entendemos que o Movimento Escola Sem Partido é um retrocesso e tem traços autoritários já que a proibição de palavras ou expressões só servem para reprimir as minorias, sem dá espaço às minorias sociais que já convivem com o preconceito por sua orientação sexual ou raça (se é que se pode falar em minorias quando se fala de raça no Brasil, a maioria da população é parda ou preta, mas há diferenças na distribuição populacional).

A proibição desses assuntos é um retrocesso na jovem democracia brasileira, que foi conquistada após muita luta da população, sendo inconstitucional por natureza e, segundo o professor de Direito e Políticas Públicas da UFABC:

Essas mudanças de última hora representam uma outra estratégia: agora desejam ir mais fundo na concepção de educação. Este projeto mantém o cartaz (que deverá ser fixado nas salas de aula com os “deveres dos professores”) e insere um princípio de precedentes familiares e religiosos calcados principalmente no catolicismo. Assim, o projeto confronta o conceito de laicidade do ensino público e estabelece uma censura prévia ao proibir alguns assuntos, como sexualidade e gênero, além da possibilidade de o professor poder se posicionar politicamente, o que deve ser feito expondo os dois lados. A aprovação seria um retrocesso de 130 anos (CALCAGNO, O GLOBO, 2018).

A escola é local de debate e aprendizado, espaço de esclarecimento de dúvidas e reflexão coletiva sem repetição de velhos padrões e tabus que, atualmente, têm sido falados de forma mais recorrente e explícita. Concordamos com a afirmação de Frigotto (2017),

As teses do Escola sem Partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem, indica-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais (FRIGOTTO, 2017, p. 18).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Vale salientar que o escritor e educador, Paulo Freire completaria 99 anos de lutas e ensinamentos neste ano de 2020. Na charge²⁰ acima, o cartunista Daniel Pxeira parabeniza o educador por sua história citando um pensamento do educador. Freire acreditava que não bastava saber ler e sim compreender o contexto social que cada ser humano ocupa na sociedade, entender quem trabalha para a produção dos itens que consumimos e quem lucra com esse trabalho – tendo em vista que não são os trabalhadores. Ele entendia que a melhor forma de ensinar/aprender é aguçando o senso crítico dos educandos, partindo de suas realidades e refletindo sobre a sociedade.

A obra de Paulo Freire – demonizado pelo Movimento Escola Sem Partido –, faz duras críticas ao pensamento conservador e autoritário, pois Freire defende a impossibilidade da Escola neutra. Apresentando, desse modo, fatos concretos sobre como a alienação afeta a classe trabalhadora uma vez que, sem senso crítico não há luta por direitos e pensamento político. Levando em consideração essa crítica e sua condição de classe trabalhadora, caso possua uma

²⁰ <https://www.humorpolitico.com.br/pxeira/paulo-freire-2/> Acesso em 23 outubro de 2020.

educação que permita tal feito, o avanço das políticas públicas faz com que grupos antes excluídos se encontrem em locais que antes eram apenas de privilégio do homem branco, heterossexual, cristão e de família “respeitada”.

Ao promover uma educação ideológica totalitária, o Escola Sem Partido converge para o encontro da desumanização do seres humanos, assim como citado nesta monografia, no caso do livro “Vidas Secas” de Graciliano *Ramos*.

Nesse contexto, a (pseudo) neutralidade proposta pelo Escola Sem Partido só é possível a partir do totalitarismo. Pensar a Escola com falsa neutralidade não é um desconhecimento, sem querer, mas sim uma forma de utilizar o Estado, particularmente a política de educação, para atender as suas necessidades conservadoras que em última instância são fomentadoras de alienação e mantenedoras das desigualdades sociais na formação social brasileira.

O Escola Sem Partido deve ser discutido, principalmente nas escolas, pois ao longo dos anos ele tem ganhado forma e força. Portanto, educandos, educadores e a sociedade como um todo devem atuar nessa luta contra as ideias propagadas pelo Escola Sem Partido. Nossa luta precisar ser também por maiores investimentos em políticas públicas na área da educação brasileira, a fim de melhorar a qualidade da infraestrutura das escolas além de reverter o Projeto de Lei sobre o Movimento, que é inconstitucional e antidemocrático. Estes, se juntando a movimentos como Movimento Educação Democrática, Professores contra o escola sem partido, Coletivo pró-educação, etc., que vem trazendo informações por meio de palestras, artigos e debates a fim de mobilizar a sociedade como um todo para refletir sobre políticas que são criadas sem pensar na formação humana dos indivíduos.

Segundo Orlandi (2012 p.231): “*não na forma heroica a que estamos habituados a pensar, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir. Vamos teimar, seremos resistência*”. Esta afirmativa de Orlandi mostra que a resistência é possível e essencial já que o Estado falha na articulação do simbólico com o político. Só assim haverá possibilidade de uma Escola que almejamos.

A nossa experiência individual enquanto estudante foi de uma escola crítica e cunho materialista-histórico que se opõe a todas as diretrizes do Escola Sem Partido.

Destaco que ao ingressar no ensino médio integrado ao técnico de Gerência em Saúde eu possuía pensamentos retrógrados e de cunho preconceituosos em todos os aspectos, com o passar do tempo, das discussões, dos aprendizados e de tudo que a EPSJV me proporcionou, hoje me

considero uma pessoa melhor da que quando eu entrei em 2017 e com a formação de indivíduo concluída de forma reflexiva neste ensino médio. De fato, são de suma importância todas as atividades e a política da Escola, já que somos ensinados desde que entramos na instituição, como se portar e ter ciência das nossas atitudes embora tenhamos autonomia dentro da Escola – bem diferente das escolas tradicionais.

Considero-me um aluno muito privilegiado pela oportunidade de estudar em uma escola pública como a Politécnica que, antes mesmo de ingressar os alunos, já visa o fim da meritocracia (com a política do sorteio para ingresso). Ainda, o fato de ter conhecido pessoas que eu jamais teria chance de conhecer em um colégio tradicional, de todas as partes do Estado, podendo aprender assim, uns com os outros. Esses fatores, portanto, foram as minhas maiores motivações para a realização deste estudo, em que pude ver e aprender de perto a pluralidade da sociedade.

Desse modo, finalizo com muito orgulho e prazer minha trajetória na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, esperando ter deixado a minha marca – por menor que seja – pois levo, hoje, muito dessa experiência comigo. Encerro, então, com as palavras de Paulo Freire,

Este esforço da tomada de consciência em superar-se a alcançar o nível da conscientização, que exige sempre a inserção crítica de alguém na realidade que se lhe começa a desvelar, não pode ser, repitamos, de caráter individual, mas sim social. Basta que se saiba que a conscientização não se verifica em seres abstratos e no ar, mas nos homens concretos e em estruturas sociais, para que se compreenda que ela não pode permanecer em nível individual. Por outro lado, não será demasiado repetirmos, a conscientização, que não pode dar-se a não ser na práxis concreta, nunca numa práxis que se reduzisse à mera atividade da consciência, jamais é neutra. Como neutra, igualmente, jamais pode ser a educação. **Quem fala de neutralidade são precisamente os que temem perder o direito de usar de sua ineutralidade em seu favor** (FREIRE, 1977, p. 77) (grifos nossos).

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola Sem Partido: o que é , como age, para que serve In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org) ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

BRASIL. Censo Demográfico de 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 26 abr.2020.

CALCAGNO, Victor. “Retrôcesso de 130 anos” afirma professor sobre projeto de lei “ESCOLA SEM PARTIDO”. 2018.

CASTILHO, Denis. ESCOLA SEM PARTIDO: do controle á espoliação. Goiânia, 2019.

DALTOÉ, Andréia da Silva; FERREIRA, Ceila Maria. Ideologia e filiações de sentido no Escola Sem Partido. São Paulo: linguagem em dis(curso), 2019

ECCO, I; NOGARO, A. A educação em Paulo Freire como processo de humanização. Anais do III Seminário Internacional de Representações Sociais em Educação. Paraná, 2015. Acesso do em 28 mar 2020. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18184_7792.pdf

FERNANDES, F. A Ditadura em Questão. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FREIRE, A. M. A. A trajetória de Paulo Freire. In: PAULO FREIRE: uma bibliografia. (Org) Moacir Gadotti. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á educação prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido, 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. Política e Educação: ensaios. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRIGOTTO, G. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. In: GOMEZ, Carlos M. Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola Sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org) ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GADOTTI, M. A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho. In: PAULO FREIRE: uma bibliografia. (Org) Moacir Gadotti. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996.

GUILHERME, A. A.; PICOLI, B. A. ESCOLA SEM PARTIDO: elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. Rev. Bras. Educ. [online]. 2018, vol.23.

MARX, K.; ENGELS, F. Textos sobre Educação e Ensino. Campinas, SP: Navegando, 2011.

PPP EPSJV. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.). Projeto político pedagógico/ Organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

RODRIGUES, J. Educação Politécnica. In: PEREIRA, I. B (Org.) Dicionário da Educação profissional em saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

TEMPOS MODERNOS. Filme. Direção: Charles Chaplin, EUA: Charles Chaplin Productions. 1936.